

ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO:

*uma luta
feminista*



A FRENTE BRASILEIRA PELA ABOLIÇÃO DA
PROSTITUIÇÃO É COMPOSTA POR:

- GARRa Feminista
- Movimento de Mulheres
Olga Benario
- Presença da América Latina - PAL
- QG Feminista
- Rede Um Grito Pela Vida

PATROCÍNIO: COALITION AGAINST
WOMEM TRAFFIC LATÍN AMÉRICA
AND CARIBE - CATWLAC



APRESENTAÇÃO

Prostituição: uma questão moral, política, econômica ou social? A temática da prostituição tem sido pouco tratado nos dias atuais, mesmo sendo um fenômeno presente na realidade social brasileira e de diversos países do mundo. A forma como olhamos para o fenômeno diz muito sobre como entendemos a condição das mulheres na sociedade. E essa cartilha se dedica a apresentar alguns elementos sobre a Abolição da Prostituição, e a sua relação com uma verdadeira emancipação feminina.

Tratando como natural a relação entre homens e mulheres, sem questionar o que constrói as diferenças entre os dois, a prostituição fica parecendo um defeito moral da mulher. Porém essa cartilha está sendo construída em cima de outros preceitos, onde a relação de poder existente entre homens e mulheres, contará como fator principal. Temos então o resultado do desenvolvimento histórico de um sistema de exploração que produziu desigualdades econômicas e sociais profundas. Onde a prostituição se revela uma prática violenta de coerção das mulheres em benefícios dos homens. Assumindo um caráter político, que engloba as questões morais, econômicas e sociais.

Logo é indispensável analisar conjuntamente as questões de classe social, visualizando situações de pobreza e falta de oportunidades. O que leva várias mulheres a uma vida difícil, de violências, exploração, e uma expectativa de vida anormalmente baixa.

Se entendemos que as diferenças entre homens e mulheres são apenas culturais, questão de machismo e preconceito, ignoramos todo fator estrutural e histórico da exploração da mulher. Simplificando a prostituição à uma escolha livre, um contrato firmado em igualdade de condições, e que pode em algum aspecto beneficiar também as mulheres. O que não explicaria por exemplo a existência de cafetões, ou a necessidade de ameaçar, agredir, aliciar e traficar mulheres para garantir que a demanda masculina por prostituição seja suprida.

Existem três maneiras de olhar para a questão, baseadas em visões de mundo distintas, e que orientam abordagens completamente diferentes de intervenção social. No texto que segue, apresentamos o argumento feminista em favor da abolição da prática, e explicamos por que a luta pela libertação das mulheres passa pelo fim da prostituição. Construir uma nova sociedade, sem explorações e violências é possível, e o conhecimento é instrumento de luta!



INTRODUÇÃO

A conceituação da prostituição é uma disputa política e ideológica. Alguns grupos buscam definir a prática com foco no desenvolvimento da mesma em relação a sistemas de exploração, como o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Esses grupos entendem a prostituição como uma prática social que só existe onde há desigualdade, e a localizam no desenvolvimento histórico do sistema de exploração das mulheres pelos homens, buscando assim desafiar o senso comum, para o qual a prostituição é algo que sempre existiu e portanto sempre existirá. Já outros grupos têm por estratégia criar uma separação artificial do que seria a prostituição exercida por livre escolha e situações forçadas, criando o conceito de “exploração sexual”. Para estes grupos, apenas forçar alguém a trocar sexo por recursos financeiros seria uma violência.

A linguagem em torno da prostituição também é um terreno em disputa. Por um lado, grupos de defesa dos direitos das mulheres têm preferido falar em “mulher em situação de prostituição”, de modo a separar sujeito e condição, e tornar visível a possibilidade de mudar a situação. Já grupos favoráveis à prostituição das mulheres frequentemente recorrem à identidade, que junta sujeito e sua condição como uma coisa só: é o movimento que se reivindica “de prostitutas”. Sendo oposição aos contra a prostituição, que se caracterizam como movimento “de mulheres”, mesmo quando são compostos por mulheres que estão na prostituição. Grupos pró-prostituição também cunharam o termo “trabalhadoras do sexo”, relacionado ao conceito de “indústria do sexo”, como forma de mascarar as relações de exploração, que são apresentadas como relações trabalhistas.

Até mesmo a forma de se referir à prática é também alvo de disputa. Para grupos que entendem a prostituição como uma violência contra as mulheres, uma pessoa não “se prostitui”, mas é “prostituída”. A voz passiva indica que há um outro sujeito, agente da violência, envolvido na prostituição. É o cafetão, o cliente, ou qualquer um que facilite essa forma de exploração. Se formos rigorosas nas nossas definições, realmente não faz sentido dizer que alguém “se prostitui” sozinho, pois a prostituição é uma atividade que necessita de demanda e meios. A demanda são os homens que se sentem no direito de explorar e violentar mulheres e buscam a prostituição. E os meios para que ela seja suprida são a violência masculina e a pobreza feminina. Ambos têm como efeito a garantia de que haja sempre mulheres sem alternativas, de modo que outras escolhas sejam impossíveis ou fortemente desencorajadas.

PROSTITUIÇÃO: NEM SEMPRE EXISTIU, E PODE DEIXAR DE EXISTIR

É comum ouvirmos que a prostituição sempre existiu, e que é a profissão mais antiga. Essas afirmações servem para justificar uma posição política que defende a manutenção da prática, fazendo com que ela pareça algo que é da natureza humana e não um fenômeno histórico, que pode ser situado no tempo e relacionado com outros aspectos das sociedades, que se transformou com o tempo até se consolidar na prostituição que conhecemos hoje.

A prostituição está fortemente relacionada à moral cristã, e sua influência sobre os valores sociais que orientam as relações entre as pessoas na sociedade. E também ao capitalismo, que acelera e intensifica processos como a urbanização, a mercantilização, a concentração de renda e de propriedade por alguns e por consequência a pobreza de muitos. Tanto o cristianismo, como um sistema de valores morais, quanto o capitalismo, como um sistema de produção, contribuem para a marginalização das mulheres da sociedade, construindo um cenário de falta de alternativas para sobrevivência feminina, que leva muitas à prostituição.

O QUE É “ABOLICIONISMO DA PROSTITUIÇÃO”?

Quando passamos a entender a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, em que seus corpos são apropriados e transformados em mercadorias, concluímos que é uma tarefa feminista lutar contra a prostituição. Homens que compram e vendem mulheres desejam a manutenção do sistema atual em relação à prostituição, que é permissivo com a violação de vários direitos. É necessário enfrentá-los, e parte importante disso é conhecer bem as propostas que existem para avaliar qual pode de fato melhorar a vida das mulheres. São três os modelos principais a respeito da prostituição:

- **Modelo proibicionista:** as atividades relacionadas à prostituição são entendidas como um crime contra a moral da sociedade, e as mulheres são criminalizadas junto a cafetões e a clientes. Esse modelo intensifica a violência sofrida pelas mulheres exploradas, e impede que busquem ajuda para sair da situação em que se encontram, pois correm risco de serem presas. É o modelo americano (aplicado nos EUA).
- **Modelo regulamentarista:** a prostituição é entendida como uma forma de trabalho, uma atividade econômica como outra qualquer. Neste modelo, o corpo da mulher é entendido como um recurso a ser explorado por aqueles que se encontram em situação econômica mais privilegiada. Por não entender a prostituição como uma violência, nesse modelo o estado e a sociedade não têm a obrigação de amparar as mulheres que desejam sair dessa situação. Este modelo torna difícil ou impossível o combate efetivo ao tráfico de mulheres e meninas e a prostituição infantil, dificultando a produção de provas para condenação dos criminosos que exploram as mulheres. É o modelo aplicado na Alemanha e na Holanda, com grave impacto para o bem estar das mulheres.
- **Modelo abolicionista:** neste modelo, a prostituição é entendida como uma violência em si, e as atividades relacionadas a ela são entendidas como violências contra as mulheres. O abolicionismo propõe criar políticas públicas para auxiliar a saída das mulheres da situação de prostituição, e criminaliza clientes e cafetões, bem como traficantes de mulheres e outras pessoas que facilitem a violação dos direitos das mulheres e meninas. As vítimas desses criminosos são amparadas, e não criminalizadas. É conhecido como o modelo nórdico, aplicado hoje na Suécia, Islândia, Canadá, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Irlanda do Norte e mais recentemente na França.

Abolir a prostituição significa construir uma sociedade que respeita as mulheres, que não tolera a exploração e a violência. Uma sociedade em que as mulheres são vistas como seres humanos, e não como objetos ou mercadorias. Lutar pelo abolicionismo é lutar pelos direitos das mulheres viverem com dignidade e liberdade.

ALGUNS DADOS SOBRE PROSTITUIÇÃO:

A prostituição integra a chamada indústria do sexo, composta pela prostituição, a pornografia, o tráfico de pessoas e outros nichos menores, como o de mercadorias sexuais. Nos últimos 30 anos, essa indústria cresceu exponencialmente de forma desenfreada, fazendo circular muitos bilhões de dólares. O tráfico de mulheres tornou-se a segunda atividade mais rentável do mundo do crime organizado, e a indústria pornográfica toma proporções cada vez mais alarmantes. Além da violência sistemática que a prostituição representa por si só, ela é indissociável das outras facetas da indústria, principalmente do tráfico sexual. É importante ressaltar que a rentabilidade multibilionária da indústria do sexo é desfrutada não por pessoas prostituídas ou atores e atrizes de pornografia, mas para produtores e cafetões.

De acordo com o Internet Filter Review, em 2006 a indústria do sexo americana movimentou mais que a Liga Nacional de Futebol (NFL), a Associação Nacional de Basquete (NBA) e a Liga Principal de Beisebol (MLB) dos EUA

juntas, atingindo 13,3 bilhões de dólares. Mundialmente falando, as vendas da indústria do sexo atingiram 97 bilhões. Para comparar, a Microsoft, que vende o sistema operacional da grande maioria dos computadores no mundo, vendeu 44,8 bilhões.*

Uma série de pesquisas realizadas em diversos países constataram, ao longo dos anos, que mulheres trabalhando em diversas áreas da indústria do sexo possuem altos índices de vícios em drogas, doenças sexualmente transmissíveis, estupro e assédio sexual, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), em comparação ao resto da população.*

Num estudo feito em nove países em 2004, 89% das mulheres na indústria do sexo declararam que desejam sair da indústria, mas não vislumbram outras alternativas de sobrevivência.*

Esse mesmo estudo constatou que enquanto 69% dos veteranos de guerra vão apresentar TEPT, em sobreviventes da indústria do sexo esse número varia entre 54 e 86%, dependendo do país (74% no Canadá, 60% na Alemanha, 75% na África do Sul, entre outros).*

Dois estudos feitos nos anos 80, ao entrevistarem mulheres em situação de prostituição, constataram que entre 66% e 90% das mulheres na indústria do sexo foram abusadas sexualmente enquanto crianças. Dessas, 70% acreditam que o abuso influenciou na entrada na indústria.*

O United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) reportou em 2009 que 73% das mulheres na prostituição foram estupradas mais de 5 vezes.*

O Departamento de Justiça dos EUA constatou em 2004 que 70% das mulheres vítimas de tráfico humano são traficadas para fins de comércio sexual.*

Um artigo americano apontou que a idade média de entrada na prostituição é de 12 anos.**

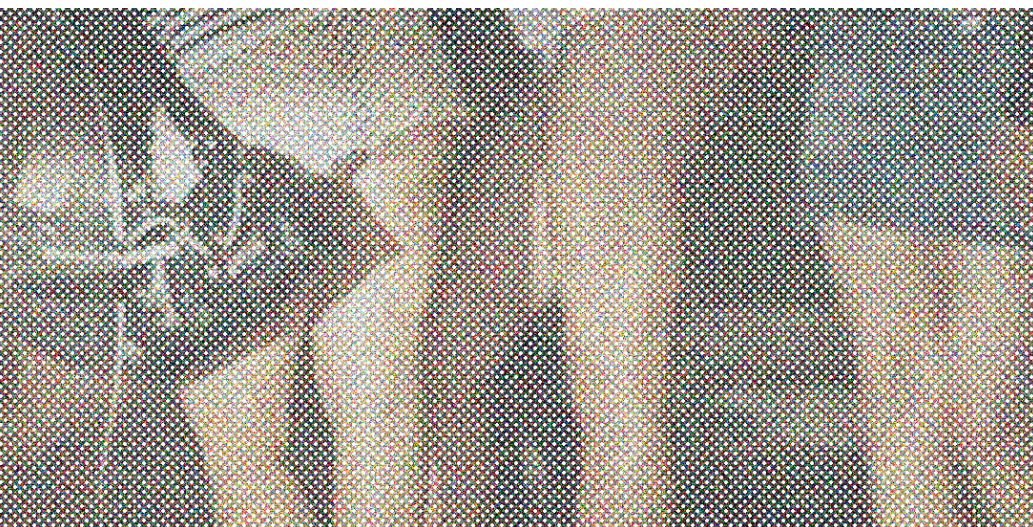
*[HTTP://IAMATREASURE.COM/ABOUT/STATS/](http://IAMATREASURE.COM/ABOUT/STATS/)

**HAMPTON, SCOTT. “DRAWING THE LINE— IS PROSTITUTION CONSENSUAL SEX FOR A PRICE OR MEN’S VIOLENCE AGAINST WOMEN?”



A PROSTITUIÇÃO E SUA ANCORAGEM LEGAL-CULTURAL

A partir do século XIII nas sociedades católicas, particularmente agustinas como as espanholas, a idade para o casamento começa a ser adiada e surge um aumento da violência sexual, de acordo com o historiador Jean Louis Guereña. Como aponta o historiador da idade média Jean Louis Flandrin, era considerado socialmente conveniente (por um ponto de vista masculino) que existissem mulheres dedicadas ao comércio sexual. A prostituição evitaria, em particular, violações e abusos sexuais por parte de homens solteiros mais ou menos jovens.

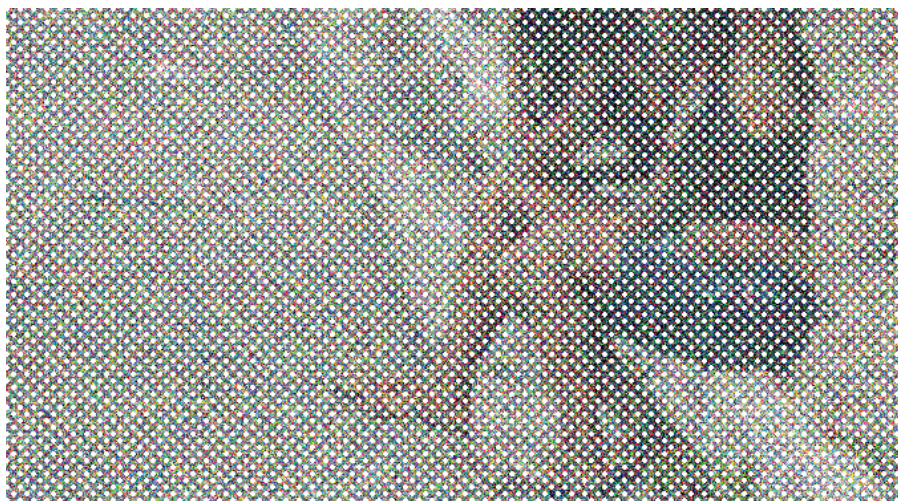


Devido a este pensamento a regulamentação da prostituição está baseada na ideologia do “mal menor” para regular a sexualidade masculina, que é vista como algo natural, sobre o que não se pode fazer nada. A prostituição seria, então, um fato social sobre o qual não se poderia evitar. Por outro lado, o que podemos qualificar de pacto da prostituição regulamentada viria acompanhado pela discriminação e o estigma social generalizado para com a mulher pública. A prostituição se constrói e justifica socialmente sempre deixando as mulheres do lado desfavorecido, inclinando a balança sempre em direção aos homens e suas demandas.

É nesse contexto que surgem leis que formalizam a prática da prostituição. A regulamentação como medida higiênica surge na França e Londres na década de 60 do século XIX. Surgem as leis de doenças contagiosas que pretendiam regulamentar estatalmente a prostituição, com o objetivo de controlar as doenças venéreas que aumentavam como uma epidemia. Essas primeiras leis tiveram como o objetivo promover o higienismo, com foco na saúde masculina, e não de beneficiar as mulheres em situação de prostituição. Para elas, os procedimentos médicos de avaliação e tratamentos eram causa de dor, e praticados de uma forma desumana.

Na atualidade estas leis têm se justificado como leis que buscam incorporar a prostituição a uma legislação trabalhista. O que se alega é que as mulheres em situação de prostituição seriam, na realidade, trabalhadoras do sexo, firmando contratos sobre o próprio corpo em condições livres, e não cabe à sociedade julgar ou intervir na prática. Porém, se observamos quando essas leis são introduzidas ou discutidas na sociedade, vemos que o higienismo e a preocupação com a saúde e bem estar masculinos ainda são o motivador das iniciativas de regulamentação da prostituição. Muitos dos recursos financeiros dos grupos pró-prostituição provêm do famoso Fundo Mundial de Luta contra a AIDS (The UN Global Fund to Fight AIDS). A África do Sul, por exemplo, discutiu legalizar e regulamentar a prostituição no contexto da Copa do Mundo de 2010, para que homens visitando o país por conta do evento não corressem o risco de serem presos comprando sexo, e para que garantir também que os turistas sexuais não retornassem aos seus países contaminados por HIV ou outras doenças. No Brasil, o PL conhecido como Gabriela Leite (do Deputado Jean Wyllys, do PSOL-RJ), que propõe a legalização da cafetinagem e das casas de prostituição, também foi amplamente discutido no contexto da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, período no qual se intensificou o aliciamento e o tráfico de mulheres para a prostituição - e também o lucro de cafetões sobre os corpos das mulheres. As mulheres, no entanto, não lucraram mais. Foram submetidas a preços ainda mais abusivos para aluguel de quartos de hotel, entre outras práticas que garantiram que o dinheiro continuasse concentrado nas mãos dos homens - sejam eles clientes ou cafetões.

As posições da regulamentação da prostituição tornam invisíveis as relações de dominação existentes na prática, e deixam a população vulnerável diante de todo o conjunto de crimes e violações a direitos que surgem da prostituição.



AS POSIÇÕES ABOLICIONISTAS: UM PERCURSO HISTÓRICO

O abolicionismo da prostituição está presente na política feminista desde seus primórdios; é possível reconhecer seus conceitos base nas primeiras manifestações feministas de que se tem notícia. Analisar o fenômeno da prostituição é inevitável quando se analisa a condição da mulher na sociedade. Josephine Butler, feminista inglesa nascida em 1828, por exemplo, fez da prostituição o centro de sua luta a favor das mulheres. Ela batalhou contra a Lei de Doenças Contagiosas, legislação britânica que realizava procedimentos médicos forçados em prostitutas de forma extremamente violenta, não-higiênica e dolorosa.

A lei visava controlar a transmissão de doenças venéreas para os homens, principalmente dentro da realeza e do exército; sua lógica tratava as prostitutas como vetores dessas doenças, e tinha o objetivo de prover mulheres “saudáveis” para os soldados. Foi na luta contra essa medida higienista que Butler aproximou-se da realidade das prostitutas, de miséria e escravidão sexual, e construiu sua militância em torno do combate à prostituição infantil e ao tráfico de mulheres e crianças, e de melhorar a qualidade de vida insalubre das mulheres prostituídas, combatendo a regulamentação estatal da atividade.

O FEMINISMO SOCIALISTA E O ABOLICIONISMO

O abolicionismo também se insurge dentro da militância socialista a partir de mulheres que entendem que a origem e manutenção da prostituição tem raiz econômica, intrinsecamente ligada à miséria e à falta de opção. Mulheres como Flora Tristán, feminista parisiense nascida em 1803, e Alexandra Kollontai, feminista russa nascida em 1872, apontaram a incompatibilidade de uma prática como a prostituição com o modelo socialista e seus ideais de igualdade.

Kollontai apontou a seus companheiros de militância a importância da questão feminista dentro do socialismo, tendo como uma de suas principais pautas a prostituição. Ela escreve sobre essa prática de exploração sexual nos mesmos termos que se escreve sobre a exploração do proletário, aplicando a mesma lógica da subordinação do proletariado à subordinação da mulher. Kollontai escreve de dentro do movimento socialista, procurando chamar atenção à questão da prostituição, extremamente negligenciada e criar estratégias para combatê-la:

“Mas se a prostituição tem tanta resistência e é tão difundida mesmo na Rússia, como nós vamos lutar contra ela? Para responder essa questão devemos primeiro analisar mais detalhadamente os fatores que dão origem à prostituição. A ciência burguesa e seus acadêmicos adoram provar para o mundo, que a prostituição é um fenômeno patológico, por exemplo, que ela resulta das anormalidades de certas mulheres, assim como algumas pessoas são criminosas por natureza, algumas mulheres, argumenta-se, são prostitutas por natureza. Independente de onde ou como tais mulheres podem ter vivido, elas se voltariam a uma vida de pecado. Os marxistas e os estudiosos, doutores e estatísticos mais conscientes mostraram claramente que a ideia de uma “disposição inata” é falsa. A prostituição é acima de tudo um fenômeno social; é intimamente conectado à posição carente da mulher e à sua dependência econômica do homem no casamento e na família. As raízes da prostituição são econômicas. A mulher por um lado é colocada em uma posição economicamente vulnerável, e por outro tem sido condicionada por séculos de educação para que se esperem favores materiais de um homem em troca de favores sexuais – sejam eles prestados dentro ou fora do laço matrimonial. Esta é a raiz do problema. Aqui está a razão para a prostituição.”

DISCURSO DE ALEXANDRA KOLLONTAI PARA A TERCEIRA
CONFERÊNCIA DE TODA RÚSSIA DE LÍDERES DOS DEPARTAMENTOS
REGIONAIS DAS MULHERES, 1921.

O FEMINISMO RADICAL

A insurgência feminista radical, na segunda metade do século XX, foi composta por mulheres que pesquisaram, estudaram e escreveram sobre a condição da mulher e o patriarcado num nível mais aprofundado: o objetivo agora é reconhecer as raízes da opressão e da exploração das mulheres para definir formas mais eficientes de combatê-las. Bebendo também da fonte marxista, as feministas radicais definiram o patriarcado como um sistema de exploração e opressão que subordina as mulheres e privilegia os homens enquanto classes sexuais. O debate radical perpassa a politização dos corpos, da sexualidade e das relações afetivas das mulheres, entendendo que o pessoal é político, que nossas personalidades e afetividades são frutos do nosso meio, e portanto não estão livres de reproduzirem mecanismos patriarcais.

A partir da politização dos corpos e do entendimento do patriarcado enquanto sistema, é escancarada a relação de servidão existente em práticas como a prostituição. Feministas radicais como Janice Raymond, Andrea Dworkin, Catharine MacKinnon, Sheila Jeffreys, entre muitas outras, destrincharam todos os âmbitos da indústria do sexo. Foram analisados seu crescimento desenfreado, a criação e adequação de leis que a favorecessem, suas justificativas e distorções culturais, e principalmente a insalubridade e miséria das pessoas prostituídas e empregadas em outros ramos da indústria.

O feminismo radical trabalhou para conceituar consentimento e liberdade dentro do contexto patriarcal, e principalmente a distinção entre exploração da força de trabalho externalizada ao corpo e a exploração do corpo, sua violação. A situação das mulheres prostituídas fala por si só, mas a teoria radical vai além: entende-se que não é uma questão de melhora na qualidade de vida da pessoa prostituída, mas da abolição da exploração sexual de uma vez por todas, por todas as mulheres.



CONCLUSÕES - ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO: UMA LUTA FEMINISTA

As violências e formas de exploração que atingem todas as mulheres estão interligadas. Uma sociedade que aceita a prática da prostituição entende mulheres como objetos que podem ser transformados em mercadorias, para que alguns homens consumam e outros homens lucrem. Para as mulheres, há a pobreza e a violência. Se enxergamos as mulheres como seres humanos, sujeitos de direitos, e que seus corpos não devem ser colocados à disposição da vontade masculina, a prática da prostituição se torna algo indefensável. Quando examinamos outras manifestações da desigualdade entre homens e mulheres



na sociedade, podemos estabelecer relações com a questão da prostituição, de modo a revelar as influências sobre a “escolha” das mulheres que estão nessa situação. A luta pela abolição da prostituição é coerente com a luta feminista que busca eliminar a desigualdade entre homens e mulheres desde a estrutura da sociedade. A mercantilização da mulher, a garantia do acesso masculino aos corpos das mulheres de acordo com a sua demanda, são incompatíveis com o ideal da libertação feminina de toda forma de exploração e opressão, que inclui o exercício de uma sexualidade feminina livre, sem coerções e sem violências.

Regular a prostituição, portanto, é legitimar a violência contra as mulheres, e manter a ordem social patriarcal. A única posição feminista possível acerca da prostituição é de que é necessário abolir a prática, garantindo condições reais para a saída imediata de todas aquelas que desejam, eliminando as desigualdades entre homens e mulheres que fazem com que a prostituição seja a única opção enxergada por muitas, e atuando para acabar com a demanda pela prostituição, punindo todos aqueles que fazem com que a prática aconteça: aliciadores, cafetões, traficantes de pessoas e clientes.

**PUBLICAÇÃO DA FRENTE BRASILEIRA PELA
ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO**
Redação: Ariane Silva, Taís Lago e Teresa Ulloa
Projeto gráfico e diagramação: Renata Gomes
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Imprimagem Gráfica Expressa
Apoio para esta publicação: FOKUS/NORAD
São Paulo, dezembro de 2017

Realização:



**PUBLICAÇÃO DA FRENTE BRASILEIRA PELA
ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO**
Redação: Ariane Silva, Taís Lago e Teresa Ulloa
Projeto gráfico e diagramação: Renata Gomes
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Imprimagem Gráfica Expressa
Apoio para esta publicação: FOKUS/NORAD
São Paulo, dezembro de 2017

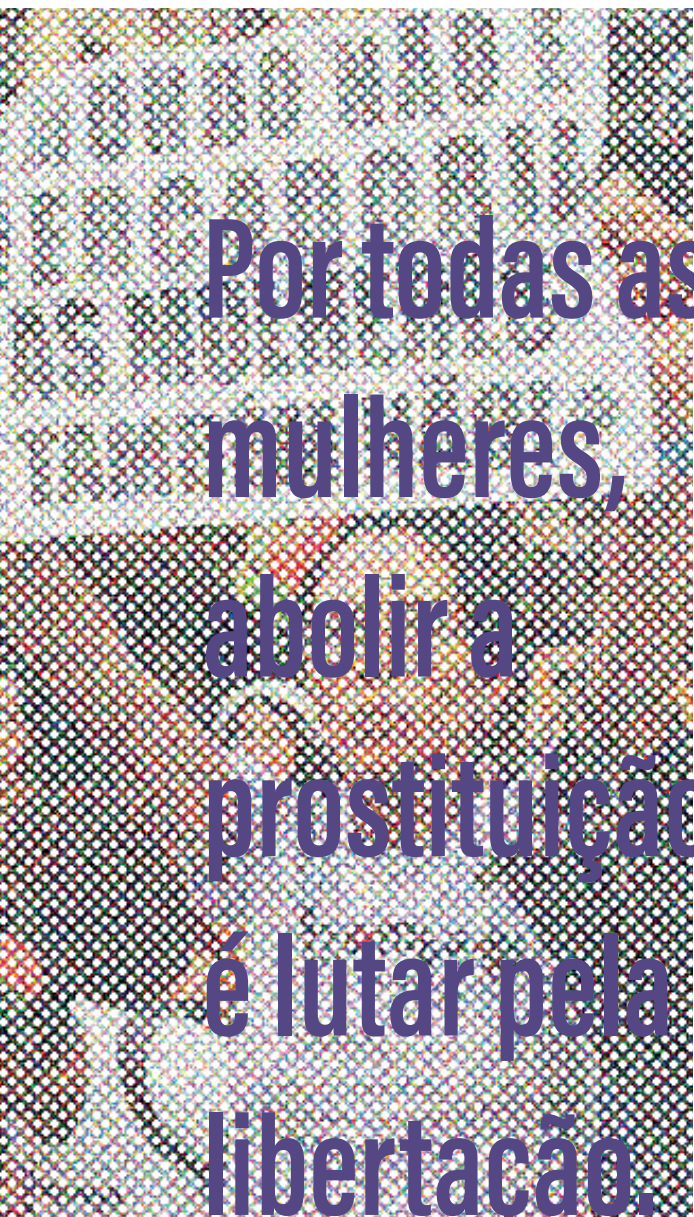
Realização:



**PUBLICAÇÃO DA FRENTE BRASILEIRA PELA
ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO**
Redação: Ariane Silva, Taís Lago e Teresa Ulloa
Projeto gráfico e diagramação: Renata Gomes
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Imprimagem Gráfica Expressa
Apoio para esta publicação: FOKUS/NORAD
São Paulo, dezembro de 2017

Realização:





**Por todas as
mulheres,
abolir a
prostituição
é lutar pela
libertação.**

**PUBLICAÇÃO DA FRENTE BRASILEIRA PELA
ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO**
Redação: Ariane Silva, Taís Lago e Teresa Ulloa
Projeto gráfico e diagramação: Renata Gomes
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Imprimagem Gráfica Expressa
Apoio para esta publicação: FOKUS/NORAD
São Paulo, dezembro de 2017

Realização:

